**CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA SOCIAL NA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS MUNDOS DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES[[1]](#footnote-1)**

Cátia Franciele Sanfelice de Paula[[2]](#footnote-2)

 **Resumo:** Este artigo tem como objetivo discutir algumas contribuições trazidas pela história Social no intuito de propor reflexões e possibilidades de análise em torno da investigação histórica acerca das mudanças nos mundos do trabalho e dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Trabalho; Mudanças; História Social

**CONTRIBUTIONS OF SOCIAL HISTORY IN THE INVESTIGATION INTO THE WORLDS OF WORK AND WORKERS**

**Abstract:** This article aims to discuss some contributions brought by the Social History in order to propose reflections and analysis possibilities around the historical investigation about the changes in the worlds of work and of workers.

**Keywords:** Work; Changes; Social History

**Introdução**

As mudanças no interior da História Social na década de 1980, ao romper com a concepção marxista leninista, permitiu aos historiadores refletir sobre o conjunto de transformações ocorridas nos mundos do trabalho e dos trabalhadores. A guinada na noção de sujeito[[3]](#footnote-3), antes vinculada a inserção nos movimentos, sindicatos, ou partidos, possibilitou visualizar o processo real, sem, no entanto, perder de vista os supostos marxistas. A historiografia voltou sua preocupação não para o âmbito acadêmico, apenas, mas para o estabelecimento de um diálogo com questões mais amplas presentes na vida social. Não significava, portanto, inserir novas perspectivas, mas abordagens que dialogassem com o social e pudessem oferecer explicações nas quais esse social se reconhecesse.

Nessa perspectiva, a leitura que os sujeitos fazem e os significados acerca da realidade são considerados. Nela, encontramos elementos que ajudam na problematização e compreensão do processo histórico de forma ampla. Além de propor novos caminhos metodológicos as contribuições trazidas pela História Social propicia uma reflexão sobre qual o papel da historiografia, em especial, da história, no diálogo com a sociedade, ao questionar sobre qual história estamos escrevendo, para quem e como ela está dialogando. As reflexões e a preocupação com a escrita da história em diálogo com a sociedade se colocam necessárias se pensarmos sobre o momento atual vivenciado no campo da produção historiográfica. Com o advento da pós-modernidade, percebe-se determinada fragmentação nas análises sobre o real, como se os problemas que lidamos não tivessem historicidade.

**Contribuições da História Social na investigação dos Mundos do trabalho e dos trabalhadores**

Na década de 1980 as reflexões de Déa Fenelon, presente no artigo Trabalho, Cultura e História Social expressavam essa preocupação ao historicizar como a falta de historicidade nas abordagens foram se constituindo e como avançar nessa perspectiva sem continuar com os mesmos problemas, apontando assim, outras propostas possíveis. Assim, a autora pontua que a tentativa da História Social em superar os limites e as divisões das diferentes formas de conhecer a realidade revela o esforço em compreender as relações sociais imbricadas. A proposta em 1980, resultou em uma compreensão de História Social que superasse as simples denúncias de exploração de classe, porém que fosse inaceitável qualquer separação nas esferas da constituição do social. Nesta perspectiva, não se tratava de eleger novos temas e problemas, mas apreender que os temas que lidamos possuem historicidade (FENELON, 1985).

É válido situar que os embates pontuados por Déa, remontam o contexto da década de 1980, um momento delicado no campo historiográfico tendo em vista a desesperança em torno das alternativas políticas e do proclamado fim da história. Nesse contexto, repensar o materialismo histórico levou considerar não apenas as questões materiais de modo restrito a economia, mas as relações sociais e a cultura dos trabalhadores entendida de modo relacional e conjunta à cultura dominante como constitutivas do social. A cultura, nessa perspectiva, está relacionada ao modo como os sujeitos significam suas relações, como, portanto, eles se constituem enquanto sujeitos sociais.

Porém, nas últimas décadas, tem havido uma fragmentação em torno das noções da diferença, das disputas sociais, que acabam se materializando em movimentos fragmentados como se as disputas e lutas fossem individuais. Nesta direção, Eagleton pontua que as questões como a intolerância ao outro, ao ser humano, é traduzida como preconceito ou identidade. E ao traduzir desse modo estas questões, o pós- modernismo vem abolindo da análise as condições onde essas identidades se constroem e onde elas sobrevivem. A partir dessa perspectiva, Eagleton possibilita a reflexão sobre até que ponto as abordagens provenientes do pós-modernismo não estaria se sobrepondo as maneiras de pensar e de agir das pessoas, desconsiderando seus desejos e percepções (EAGLETON, 2005).

Nesse contexto, a partir dos caminhos teórico-metodológicos propostos pela História Social que se propõe ao diálogo com outras abordagens e seus supostos temos a possibilidade de pensar sobre o ofício do historiador, seu papel político, a função social da história no contexto em que vivemos e, sobretudo, sobre a produção da escrita de uma história que não se limite ao âmbito acadêmico. Nessa direção, práticas foram revistas a partir da problematização de conceitos antes utilizados de modo fechado, como o conceito de classe[[4]](#footnote-4).

A noção de história problema possibilitou romper com noções cristalizadas e permitiu constantes problematizações dos conceitos utilizados. As fontes passaram a ser compreendidas em seu processo de constituição, num contexto de disputas. Isso permitiu uma revisão sobre a natureza e o tratamento dado pela historiografia e, a problematização sobre a função do conhecimento que vem sendo produzido no campo historiográfico.

Sob esta perspectiva, Thompson nos ajuda a refletir sobre até que ponto as pesquisas produzidas não estão criando campos de ilusão. Uma das contribuições do autor ao superar o economicismo, é refletir se o aumento dos campos de análise não estaria contribuindo para criar esses espaços (THOMPSON, 2002). Assim, para Thompson, a cultura de uma sociedade precisa ser compreendida como um campo de relações, ao invés de um campo vasto de análises sem que haja essa preocupação. Estas se baseiam nos espaços onde há relações entre grupos antagônicos, portadores de experiências que ao serem problematizadas, explicitam segundo Thompson, sentidos e valores elaborados pelos sujeitos no momento que constroem suas narrativas (THOMPSON, 2009).

Compartilhando desta perspectiva, Beatriz Sarlo chama atenção sobre a importância de colocar em movimento o olhar político acerca do que os sujeitos vivenciam. E, como a partir desse exercício, podemos contribuir para o pensamento historiográfico. Um dos caminhos é pensar aquilo que está estabelecido, consolidado atentando para o que não foi incorporado, o que Sarlo chama do “aparentemente descabido” (SARLO, 1997, p.61). Tal perspectiva sugere partir das inquietações do tempo presente, “consiste em trocar o olhar histórico sobre o que já foi pelo olhar político” (sarlo, 1997, P. 59). Leva-nos a olhar a produção historiográfica a partir do contexto em que foi produzida e, como a partir do presente interpretamos se as abordagens explicitam os problemas de nossa época.

As contribuições trazidas por Sarlo propõe não consagrar o processo histórico, mas tratá-lo como uma relação. Partimos do suposto que no processo histórico os sujeitos elaboram suas trajetórias, suas visões e projeções de mundo. Por isso, não se trata de descrever as experiências dos sujeitos e seus modos de vida, mas inserir a discussão dentro de um processo amplo, que explique os projetos que estavam colocados, as alternativas e que ações foram possíveis em determinado período. Sob essa perspectiva, a elaboração e a construção das narrativas é quão importante quanto a própria narrativa oral.

Outras contribuições propostas se voltam a problematizar os conceitos a luz da prática social, de modo a compreendê-los no movimento histórico. Em torno dos conceitos está o desafio teórico-metodológico discutido por Cruz (CRUZ, 2006), e o Grupo Memória Popular (GRUPO MEMÓRIA POPULA, 2000), sobre a relação passado e presente na história. Nessa direção, é necessário ter claro qual a preocupação com o presente e o que nos leva indagar o passado. Isso implica repensar qual o diálogo que estabelecemos quando elegemos protagonistas para estudarmos nossos temas e problemas, o que por sua vez também implica repensar que os procedimentos metodológicos adotados devam ser menos de juntar fontes e, mais de problematizar seu processo de constituição, de modo que não esteja desprovido do processo social (CRUZ, 2006).

A proposta é trazer para o social as contradições, como um movimento relacional, ou seja, a articulação das práticas sociais com as relações de poder, compreendendo a cultura dos trabalhadores enquanto uma esfera a partir do cotidiano, entendido como um tempo das disputas vividas, interpretadas e significadas por eles. Nesta direção, as contribuições de Calvo, propõem a problematização e a romper com abordagens dominantes sob o viés das relações econômicas que as homogeneízam, considerando os trabalhadores enquanto agentes do processo histórico, como aqueles que vivenciam processos de perda, mas que, no entanto, agem concretamente nessas relações (CALVO, 2005).

Tais considerações são pertinentes à medida que visualizamos nos últimos anos discursos homogeneizadores que divulgam determinados projetos como expressão do “progresso” e “desenvolvimento”, para todos. As últimas décadas têm se caracterizado por constantes mudanças nos mundos do trabalho. Em sua maioria, as mudanças ocorridas têm acarretado a transformação de algumas profissões, o desaparecimento de outras, ou ainda a revitalização de antigas formas de trabalho. Porém, se nos voltarmos aos estudos que envolvem a questão do trabalho, muitos compreendem tais mudanças através de conceitos como o de “reestruturação produtiva”. Assim, tais abordagens tendem a pensar e a analisar a história não a partir das mudanças vivenciadas pelos trabalhadores, mas pelas mudanças no âmbito do capital.

O desafio que se coloca é o de tratar as questões relacionadas ao trabalho não como conceitos, mas como problemas históricos, a fim de compreender as mudanças ocorridas nos mundos do trabalho a partir das experiências dos sujeitos, de suas ações, ou não, de resistência, formas individuais e coletivas de organização e os valores presentes em cada contexto histórico.

Tais supostos da História Social necessitam ser testados na realidade a ser investigada, para que se perceba sua validade ou em que medida pode ser refutada tendo em vista a necessidade de ser reformulada, invertendo a lógica pela qual muitas vezes a teoria acaba sendo aplicada.

Nessa direção, as considerações teóricas de Hobsbawm acerca do processo de constituição das classes sociais nos orienta a pensar os elementos de identidade e de classe (HOBSBAWN, 1987). Ao estudar o fazer-se da classe operária inglesa, no processo de Revolução Industrial, o autor observou os gostos, costumes e estilos de vida dos trabalhadores no sentido de demarcar a emergência da classe operária. Para Hobsbawm, a classe operária inglesa não era uma classe pronta e acabada, pois estava em processo de constituição, o que implica pensarmos a dinâmica das classes sociais atreladas as constantes mudanças em seu fazer-se no processo histórico.

Para perceber a formação da classe operária, Hobsbawm tentou compreender em que medida a expansão de uma nova economia industrial afetou e interferiu na vida dos trabalhadores. Nesse sentido, o autor se voltou a entender desde os elementos comuns utilizados como símbolos de identificação da classe até as transformações decorrentes do processo de revolução industrial, como o aumento de tamanho da classe, sua composição ocupacional, ampliação do direito ao voto, etc. Através dessas mudanças, a classe operária demonstrava sinais de sua constituição. A partir da expansão do direito ao voto, os trabalhadores alcançaram a possibilidade de ocupar cargos políticos e assim defender seus interesses de classe, o que possibilitou o reconhecimento entre o grupo a partir de suas práticas políticas coletivas.

Outras contribuições vão na direção de mapear suas práticas políticas. Para isso, a leitura de Thompson acerca da categoria experiência nos auxilia (THOMPSON, 2009). Thompson, em a "Miséria da Teoria", mais especificamente em seu texto “O termo ausente: experiência”, oferece algumas contribuições teórico-metodológicas ao se desvencilhar de uma perspectiva dogmática do pensamento de Marx, colocando-se em diálogo com esse autor, privilegiando, em suas reflexões, a importância de a realidade histórica ser compreendida como um processo histórico, em que a categoria experiência possa ser entendida como uma relação entre o ser social e a consciência social. Ou seja, o autor aponta a necessidade de diálogo permanente entre teoria e evidências históricas no processo de construção da história.

Ao criticar as determinações do estruturalismo althusseriano, Thompson ressalta também a necessidade de não concebermos as categorias teóricas como estáticas, como regras a serem seguidas, mas como categorias históricas. Nesse sentido, a teoria deve estar em diálogo com as evidências. Para isso, a categoria experiência, possui na obra de Thompson, um lugar privilegiado. Através dela, é possível compreender o mental e o emocional de um indivíduo ou, de um grupo social. É na experiência social que os indivíduos definem e redefinem suas práticas e pensamentos. A experiência social, por ser gerada na vida material, permite considerar o papel dos sujeitos na história, superando as formas de determinismo e privilegiando o agir humano. Através da experiência social é possível entender as práticas dos sujeitos, como eles sentem e dão significados ao vivido. Por isso, entender a experiência na vida de homens e mulheres é, para o autor, compreender o diálogo existente entre ser social e consciência social:

A “experiência” (descobrimos) foi, em última instância, gerada na “vida material”, foi estruturada em termos de classe, e, consequentemente o “ser social” determinou a “consciência social”. *La Structure* ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer “agora”, “manipula” a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação. (...) E verificamos que, com “experiência” e “cultura”, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário, etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. (THOMPSON, 2009, p. 234).

Através da experiência é possível evidenciar a capacidade dos indivíduos lutarem contra situações impostas, numa compreensão de que eles, ao viverem suas experiências, não reproduzem obrigatoriamente a ideologia dominante. Ao contrário, a experiência social pode levar esses indivíduos a reverem práticas, valores e normas e, ao mesmo tempo, a construírem identidades de classe. Nesse sentido, a classe precisa ser pensada como um fenômeno histórico, resultado das relações entre os homens em seu contexto histórico que se constitui permanentemente em seu fazer-se, num movimento ativo que articula ação humana e condicionamentos sociais. Thompson, porém, não nega as determinações existentes no processo histórico, mas aponta como alternativa a essas determinações perceber o papel dos sujeitos na história.

Dessa forma, entender um processo histórico é buscar, por meio das evidências históricas, apreender como homens e mulheres agem e pensam dentro de determinadas condições, ou seja, homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas e pela experiência produzida a partir de suas relações. Essas relações determinadas são entendidas como relações estruturadas em termos de classe a partir da compreensão de que, por vivermos em uma sociedade capitalista, vivemos relações de dominação. Essa dominação fruto da sociedade capitalista precisa ser, contudo, compreendida como uma construção histórica repleta de lutas e de contradições e, nesse contexto, é de fundamental importância compreender como os sujeitos sociais interpretam a realidade em que vivem. Thompson, também chama atenção para o fato de que não basta uma descrição empírica de como os sujeitos sociais interpretam o que vivenciam como sendo o conhecimento objetivo, o retrato fiel da realidade, como se o conhecimento fosse resultado da contemplação passiva do sujeito sobre o objeto e, portanto, sua cópia, seu reflexo.

Para o autor, os fatos não falam por si mesmos, mas por meio de procedimentos que levam à interpretação da subjetividade dos sujeitos. Por isso, não basta descrever simplesmente o que os sujeitos vivenciam, mas como atribuem significados à sua realidade através de sentimentos e valores, ou seja, qual é a percepção de vida dos sujeitos e seus projetos sociais frente às relações de dominação capitalista. Thompson ainda, ressalta que as relações de dominação provenientes das contradições presentes na sociedade capitalista geram conflitos de valores e de interesses: “[...] toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse" (THOMPSON, 2009, p. 235). Nessa direção, as relações de dominação (capitalistas) precisam ser desnaturalizadas, no sentido de que possam ser percebidas as disputas por valores existentes na sociedade. Como discute Thompson:

Conflitos de valor, e escolhas de valor, ocorrem sempre. Quando uma pessoa se junta ou atravessa um piquete grevista, está fazendo uma escolha de valores, mesmo que os termos da escolha e parte daquilo que a pessoa escolhe sejam social e culturalmente determinados. (THOMPSON, 2009, p. 240).

Com essa afirmação, o autor busca demonstrar que os sujeitos sociais vivem em meio a conflitos por valores e em meio a condições determinadas. Assim, para entendermos como pensam e agem esses sujeitos é preciso compreender que suas escolhas precisam ser interpretadas como fruto de pressões e de limites (WILLIAMS, 2011) vivenciados em relação a outros grupos sociais. Nesta direção, a busca por melhores condições levam as ações dos sujeitos mediante as pressões que vivenciam na realidade social. O modo, porém, como essas ações são pensadas, sentidas e significadas pelos sujeitos precisam ser refletidas a fim de sabermos como os sujeitos sociais têm, ou não resistido ou buscado alternativas frente às relações de dominação. Assim, Thompson busca valorizar o papel dos trabalhadores na história. Ao partir da experiência que os sujeitos sociais vivenciam, o autor aponta para a possibilidade de verificar se esses sujeitos reproduzem ou alteram práticas, pensamentos e sentimentos dominantes, ou ainda se lhes atribuem novos significados ou os transformam.

Porém, é válido ressaltar os limites na conjuntura atual em se visualizar a existência de sujeitos coletivos. Também é válido problematizar as mudanças ocorridas nas formas de organização dos trabalhadores. A autora Peixoto, em seu texto Cultura, Trabalho e trabalhadores: novas racionalidades em curso traz alguns elementos que se colocam como problemas para a organização dos trabalhadores. Ao evidenciar como os trabalhadores interpretam os processos de trabalho, na empresa ThyssenKrupp, Peixoto traz para o campo da história as memórias alternativas, problematizadas a partir de um contexto de Globalização. Contrapondo a compreensão de globalização sob uma perspectiva estrutural e de conceitos como reestruturação produtiva, a autora busca pensar esse processo pelo ângulo da experiência social, o que significa interpretar na lógica da dominação e da resistência a maneira como os trabalhadores interpretam a reconstituição das memórias.

Ao produzir interpretações e memórias desses trabalhadores que vivenciam um processo de dominação e de fragmentação, em relação aos sentidos do trabalho a autora leva pensar como a hegemonia de classe é construída. Ao fazer isso, ela contrapõe a noção de globalização, com o circuito das relações capitalistas, não de produção, mas de um circuito dos modos capitalistas de viver. Nesse sentido, vai demonstrando como a exploração é vivida, dentro e fora da fábrica. Desnaturaliza assim, o circuito ideológico da Globalização, sob o suposto de que todos possuem as mesmas condições, portanto a homogeneidade, a fragmentação, a ideia da integração, pelo viés das tecnologias, pela noção de desterritorialização dos referenciais de luta de classe (PEIXOTO, 2013).

Na dimensão da crítica ao processo de produção de hegemonia das relações capitalistas e de vida, Peixoto evidencia as interferências no cotidiano de luta, de desorganização e de sentido do trabalho. Enfatiza como o processo de globalização desconstrói desse modo, toda uma memória e história de organização dos trabalhadores, o que explica as fragmentações em torno das novas formas de luta. Nesse contexto, de tentativa de homogeneização das relações, trazer o processo de reconstituição das memórias, significa trazer para o campo da reflexão a luta.

Nesta direção, Peixoto dialoga com as discussões propostas por Fenelon quando evidencia a necessidade de romper com a noção de progresso que oculta a natureza da dominação capitalista. Para isso, pensa o processo de produção e diálogo com as memórias, levando a compreensão sobre os significados elaborados pelos trabalhadores, sobre o processo vivido e, como em suas temporalidades narram o processo de mudanças no modo de viver e trabalhar, articulada as transformações decorrentes ao avanço das relações e da expansão capitalista.

Outro limite vai em direção a não homogeneizar as ações dos indivíduos que compõem movimentos sociais perdendo de vista as contradições existentes em seu interior. Nesta direção, Chris Rhomberg sem perder o enfoque de classe, adverte sobre o cuidado em não predeterminar a classe em uma única categoria. Ressalta sua heterogeneidade citando como exemplo organizações pautadas nas relações inter-raciais ou de diversidade, nas quais a luta por direitos também estão inseridas numa relação de classes. A diversidade discutida pelo autor revela a complexidade entre os grupos, que por sua vez não está desvencilhada da noção de classe (RHOMBERG, 2013).

As contribuições de Chris permitem pensar sobre as possibilidades que a pesquisa pode revelar acerca das formas de organização dos trabalhadores. Sugere uma abertura em relação às interpretações de classe, considerando sua condição, porém, aponta a possibilidade de inexistência de interesses comuns, coletivos, em toda organização. Tais apontamentos permitem pensar a conjuntura atual num momento político em que não visualizamos ação e resistência a todo o momento. Isso leva a pensar sobre as tendências que estão ocorrendo no social em determinado período e local. O que pode implicar em reconhecer uma nova configuração de classe ou de organização social.

**Considerações finais**

As contribuições teóricas apresentadas, portanto, necessitam ser compreendidas a luz do contexto histórico a ser estudado. Cada conjuntura social nos oferece elementos possíveis para a compreensão do cenário que visualizamos. É preciso estar atentos aos limites e pressões nos quais os sujeitos estão envoltos, pois as ações ou a falta delas evidenciam significados sobre o processo histórico estudado.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Calvo, Célia R. ET AL : Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. História: narrativas plurais, múltiplas linguagens.(org). Maria Clara Tomaz Machado; Heloísa Helena Pacheco Cardoso, Uberlândia. **Edufu**. UFU, 2005

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*/Terry Eagleton; tradução Sandra Castello Branco; revisão técnica Cezar Mortari. – São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FENELON, Déa R.- Trabalho, Cultura e História Social: perspectivas de investigação. *Projeto História*: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo nº 04 – São Paulo: EDUC, 1985.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. et al. *Muitas Memórias, outras histórias*. Muitas Memórias, outras histórias: São Paulo, Olho D’água, 2004

CRUZ, Heloísa et al. *Introdução*. Outras Histórias: Memórias e Linguagens. São Paulo, Olhos D’água, 2006.

GRUPO Memória Popular: *Memória Popular: Teoria, política, método*. Trad. Helen Hughes e Yara Aun Khoury. Muitas Memórias, outras histórias. São Paulo: Editora Olho d’água, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. “*O fazer-se da classe operária”.* In: Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KHOURY, Yara Aun. *Muitas Memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história*. Muitas Memórias, outras histórias. Org. Fenelon, Déa R. et al. São Paulo, Olho dágua, 2004.

PEIXOTO, Maria do Rosário. Cultura, Trabalho e Trabalhadores. *Projeto História:* revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. N. 48. São Paulo: EDUC, 2013.

RHOMBERG, Chris. Clase y acción colectiva: escribir historias sobre actores y eventos. In: *Revista Sociología Histórica*, Murcia, Esp. Ediciones de la Universidad de Murcia (Editum) n/º3, 2013, pp. 117-142.

SARLO, Beatriz. *Um olhar político*. Paisagens Imaginárias, Edusp, 1997.

THOPMSON, E. P. *A Formação da classe operária inglesa*, Vol. II, Paz e Terra, 2 edição, 1997.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Experiência: o termo ausente*. A miséria da teoria. Ou um planetário de erros. 2009. Copyleft.

­­­­­­­­­\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Os Românticos. A Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

WILLIAMS, R. *Base e superestrutura na teoria cultural marxista*. Cultura e Materialismo, Editora UNESP, SP. 2011.

1. A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento da CAPES/FAPERO. [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutoranda em História Social, Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: cfsanfelice@yahoo.com.br [↑](#footnote-ref-2)
3. Para a perspectiva marxista ortodoxa, apenas os sujeitos engajados em sindicatos, movimentos sociais ou partidos eram considerados enquanto sujeitos na produção historiográfica. [↑](#footnote-ref-3)
4. Segundo Edward Palmer Thompson, classe social consiste em um fenômeno histórico definida pelos homens enquanto vivem sua própria história. Conforme: THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. [↑](#footnote-ref-4)